



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Jacundá**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Jacundá (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Jacundá manteve-se relativamente estável, oscilando levemente entre 38% e 39%. Essa estabilidade também é observada nos dados da Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí e do estado do Pará, com variações discretas em torno de 36% e 41%, respectivamente. Contudo, a partir de 2022, nota-se uma disparada expressiva na taxa de pobreza em todas as esferas territoriais analisadas, com destaque para Jacundá, cuja taxa atingiu um pico alarmante de cerca de 74% (Gráfico 1).

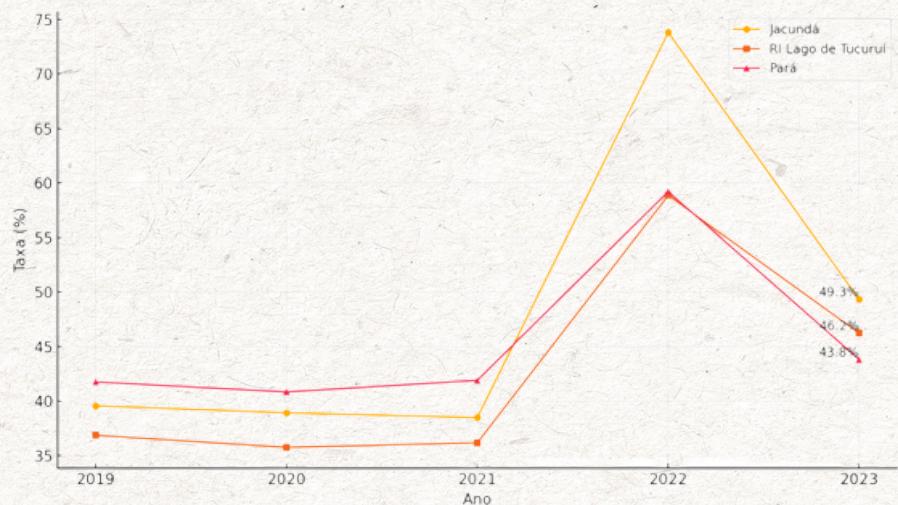
Esse aumento abrupto em 2022 possivelmente está associado a fatores socioeconômicos amplos, como os efeitos persistentes da pandemia da COVID-19, que impactaram fortemente o mercado de trabalho informal e o rendimento das famílias, além de limitações na cobertura de políticas sociais compensatórias. A RI Lago de Tucuruí e o estado do Pará também sofreram aumentos consideráveis nesse período, embora em menor magnitude que Jacundá, alcançando cerca de 59% e 58%, respectivamente (Gráfico 1).





Em 2023, verifica-se uma queda significativa da taxa de pobreza em todos os níveis. Jacundá reduziu para 49,3%, a RI para 46,2% e o estado do Pará para 43,8%. Ainda que esses números sejam superiores aos verificados antes de 2022, o recuo indica possível retomada econômica e/ou ampliação de programas de transferência de renda. No entanto, o patamar ainda elevado reforça a necessidade de políticas estruturantes voltadas à inclusão produtiva e ao fortalecimento da proteção social (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Jacundá mantiveram-se, ao longo do período analisado, em patamar elevado e relativamente estável, variando entre 66,3% e 68,9%. Em 2020, observa-se uma leve queda nesse percentual, o que pode estar relacionado à realocação de recursos emergenciais durante o pico da pandemia. Já em 2022, Jacundá atingiu o ápice da série, com 68,9%, refletindo possível priorização orçamentária desses serviços frente às demandas sociais crescentes (Gráfico 2).

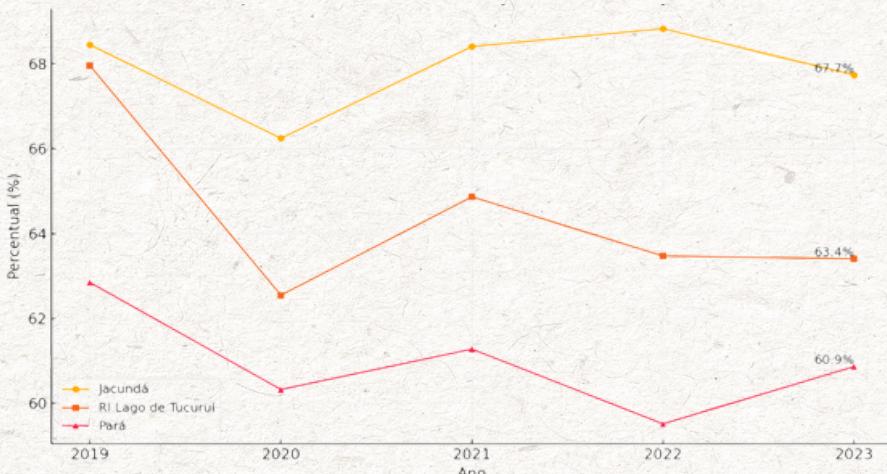
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi similar, mas com percentuais ligeiramente inferiores aos de Jacundá. Em 2020, houve a redução mais acentuada, com as despesas representando apenas 62,5% do total. Nos anos seguintes, observa-se um esforço de recuperação dos investimentos, com elevação em 2021 e uma leve queda estabilizada em 2022 e 2023, encerrando o período com 63,4% (Gráfico 2).

Já no estado do Pará, os percentuais foram consistentemente menores que nos de-

mais níveis territoriais. Partindo de 62,7% em 2019, houve queda até 2020 (60,3%), seguida de leve recuperação e novo recuo em 2022 (menor valor da série, 59,3%). Em 2023, o índice estadual subiu novamente para 60,9%. Essa trajetória evidencia certa rigidez orçamentária em nível estadual, o que pode ter limitado a capacidade de resposta a crises, especialmente quando comparado ao município de Jacundá (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Jacundá apresentou flutuações marcantes ao longo do período. Em 2019, a taxa era de 8,3%, subindo para 8,7% em 2020, o que pode indicar fatores contextuais como limitações no pré-natal ou insegurança alimentar. No entanto, em 2021 houve uma queda brusca para 6,9%, o que poderia estar relacionado a melhorias nos serviços de saúde ou mudanças metodológicas na coleta de dados (Gráfico 3).

O pico desse indicador ocorre em 2022, quando a taxa em Jacundá salta para 9,1%, a mais alta de toda a série histórica. Esse crescimento pode refletir os efeitos pós-pande-

mia sobre a saúde materno-infantil, agravados por questões socioeconômicas locais.

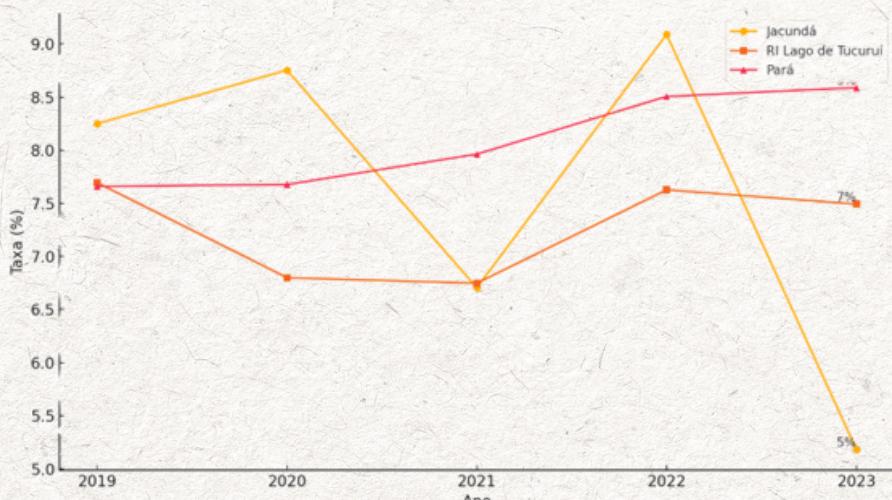
Em contrapartida, a RI Lago de Tucuruí e o estado do Pará mantêm uma trajetória mais estável, com leves oscilações e valores inferiores aos de Jacundá durante a maior parte do período (Gráfico 3).

Em 2023, a prevalência de baixo peso ao nascer em Jacundá cai de forma significativa para 5%, o menor valor registrado. Essa redução pode estar associada a uma melhoria na cobertura da atenção básica, políticas públicas direcionadas à saúde da gestante ou até a fatores estatísticos decorrentes de menor número de nascimentos.

Em contraste, os valores da RI (7%) e do Pará (9%) mantêm-se estáveis, sem registrar quedas tão expressivas quanto o município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



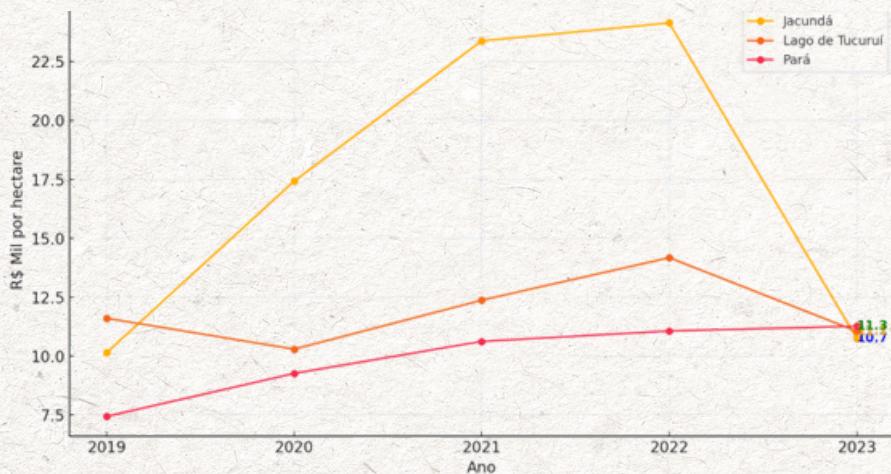
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Jacundá apresenta uma evolução acentuada da produtividade agrícola entre 2019 e 2022. O valor inicial de R\$ 10 mil/hectare em 2019 sobe progressivamente até atingir o pico de R\$ 24 mil/hectare em 2022, o que indica uma fase de crescimento robusto, possivelmente impulsionado por investimentos em tecnologia agrícola, expansão da fronteira agrícola ou valorização de produtos cultivados. A região mostra um desempenho acima da média estadual e regional durante todo o período até 2022 (Gráfico 4).

Por outro lado, a RI Lago de Tucuruí exibe uma trajetória mais oscilante, com ligeira queda de R\$ 11,7 mil/hectare em 2019 para R\$ 10,3 mil em 2020, seguida de uma recuperação até 2022, quando alcança cerca de R\$ 14,2 mil/hectare. Já o estado do Pará demonstra crescimento contínuo e estável ao longo de todo o período, saindo de R\$ 7,3 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023, refletindo possivelmente políticas estaduais de incentivo à agricultura ou ganho de escala em determinadas regiões (Gráfico 4).

Em 2023, contudo, observa-se uma queda expressiva na produtividade de Jacundá, que retorna a patamares próximos a 2019 (R\$ 10,7 mil/hectare). Esse recuo pode ser resultado de fatores climáticos adversos, redução de investimentos ou colheitas ruins. A RI também apresenta retração (R\$ 11,3 mil/hectare), enquanto o Pará mantém seu crescimento. Isso pode indicar maior resiliência do estado frente às flutuações sazonais ou conjunturais, em contraste com a vulnerabilidade produtiva de Jacundá (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Em 2021, Jacundá atingiu o maior valor da série com 17,4 óbitos por mil nascidos vivos, indicando um retrocesso preocupante. Esse pico pode ter sido influenciado por efeitos indiretos da pandemia de COVID-19, como o comprometimento da atenção básica, dificuldades no transporte de pacientes e escassez de recursos hospitalares. Já em 2022, observa-se uma nova redução para 15,5, sugerindo algum nível de recuperação na assistência à saúde infantil (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

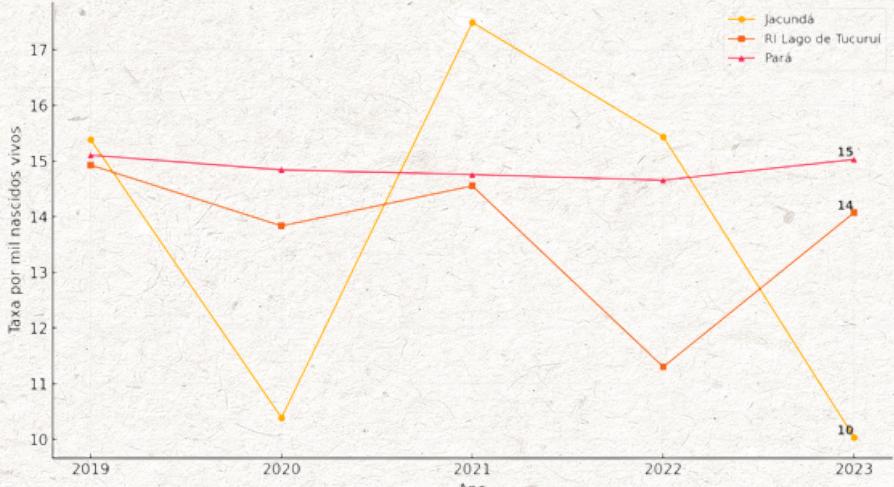
A análise da taxa de mortalidade infantil entre 2019 e 2023 revela variações distintas entre os territórios de Jacundá, Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí e estado do Pará. Em 2019, Jacundá apresentava a menor taxa entre os três, com 12,5 por mil nascidos vivos, enquanto a RI Lago de Tucuruí registrava 14,6 e o estado do Pará, 15,1. Essa diferença inicial indicava uma situação relativamente mais favorável no município, apesar de ainda preocupante do ponto de vista da saúde pública (Gráfico 5).





No ano de 2023, a taxa volta a cair para 10,0, posicionando Jacundá abaixo da média da RI Lago de Tucuruí (14,0) e do estado do Pará (15,0). Essa melhora pode refletir investimentos recentes em infraestrutura e recursos humanos na rede de saúde local. No entanto, a volatilidade dos dados ao longo da série reforça a necessidade de consolidar políticas públicas estruturantes e contínuas para garantir a estabilidade na redução da mortalidade infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Jacundá x RI Lago de Tucurú x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Jacundá apresentou crescimento constante entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com apenas 2,5 médicos por 10 mil habitantes, refletindo um cenário de escassez crítica de profissionais de saúde. Já em 2020 e 2021, observa-se um leve crescimento para 2,8 e 3,0, respectivamente, indicando esforços iniciais de recomposição do quadro profissional (Gráfico 6).

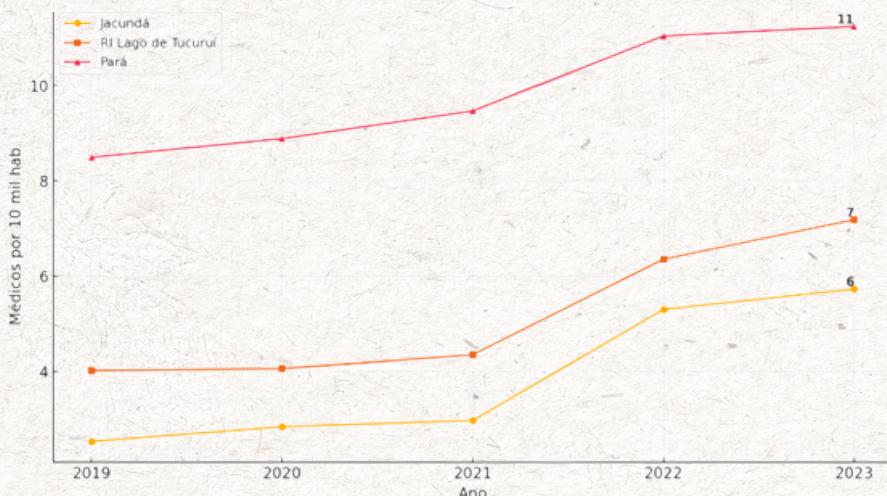
A partir de 2022, a taxa de médicos em

Jacundá cresce de forma mais expressiva, saltando para 5,3 e chegando a 5,8 em 2023. Essa expansão pode estar vinculada a programas de provimento de médicos, como o "Médicos pelo Brasil", além de incentivos municipais à fixação de profissionais, o que se traduz em melhores condições de atendimento à população. Apesar da melhora, o município ainda permanece abaixo da média da RI Lago de Tucuruí (7,0) e do Pará (11,0) (Gráfico 6).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento também foi constante, partindo de 4,0 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023. Já no estado do Pará, observa-se uma evolução mais robusta e estável, com a taxa subindo de 8,5 para 11,0 no mesmo período. Essa diferença aponta para uma concentração maior de profissionais nos centros urbanos e capitais, reforçando a importância de políticas de interiorização da saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

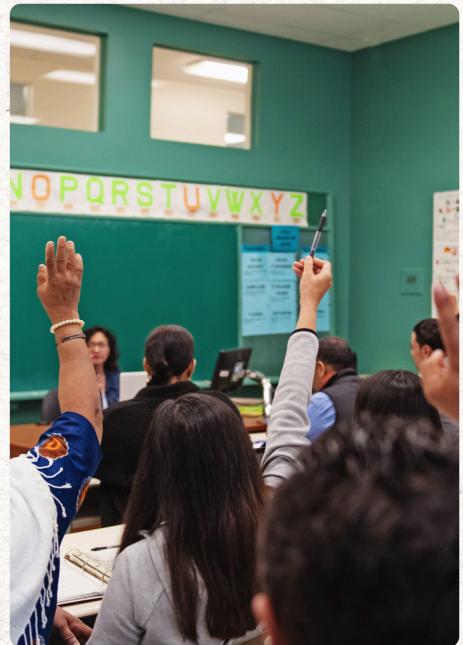




ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, Jacundá apresentou uma trajetória de queda na oferta de vagas no ensino público por mil habitantes, partindo de cerca de 160 vagas para aproximadamente 144 em 2021. Esse recuo pode estar ligado à redução de matrículas, fechamento ou reorganização de turmas e à diminuição de investimentos em infraestrutura educacional, especialmente em um contexto pandêmico que impactou profundamente o setor educacional. Essa tendência de queda também foi observada, em menor grau, na Região de Integração Lago de Tucuruí e no estado do Pará (Gráfico 7).

No entanto, em 2022, houve uma reversão significativa

desse cenário. Jacundá aumentou bruscamente sua taxa de vagas para cerca de 220 por mil habitantes, aproximando-se da média estadual (219) e regional (239). Esse crescimento pode indicar um esforço de recuperação educacional pós-pandemia, com expansão de matrículas, retomada de turmas presenciais e políticas públicas voltadas à universalização do acesso à educação básica (Gráfico 7).

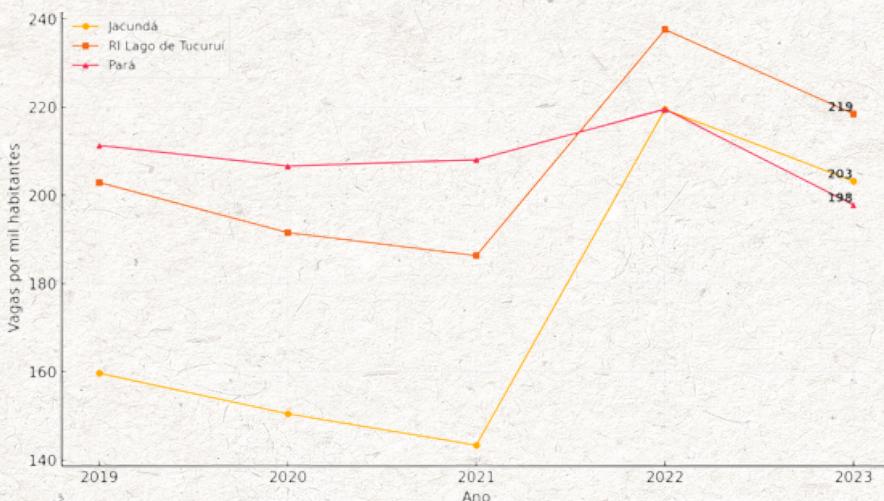
Em 2023, observou-se uma leve retração na taxa de Jacundá, que caiu para 203 vagas por mil habitantes. Apesar disso, o valor permanece superior ao verificado nos primeiros anos da série e ainda acima da média estadual, que

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

recuou para 198. Já a RI Lago de Tucuruí manteve-se em patamar elevado (219), evidenciando uma maior estabilidade regional. A tendência geral indica um movimento de recuperação do sistema educacional, embora ainda sujeito a oscilações conjunturais (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 203 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Jacundá apresentou evolução contínua e destacada no período analisado. Em 2019, cerca de 67,6% das escolas tinham acesso, e já em 2020 esse valor subiu para 76%, refletindo uma resposta inicial à necessidade de digitalização impulsionada pela pandemia da COVID-19. O crescimento se manteve moderado em 2021 (78%) e 2022 (78%), demonstrando continuidade na expansão da conectividade escolar (Gráfico 8).

O salto mais expressivo ocorre em 2023, quando Jacun-

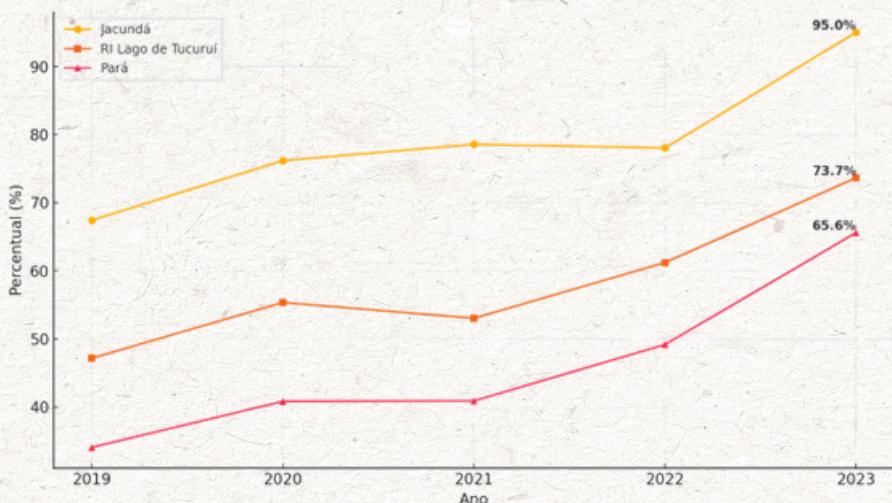
dá atinge 95% de escolas conectadas, destacando-se amplamente em relação à média da RI Lago de Tucuruí (73,7%) e do estado do Pará (65,6%). Esse avanço evidencia investimentos consistentes em infraestrutura digital e pode representar um fator estratégico para a modernização do ensino, inclusão digital e uso de tecnologias educacionais em sala de aula (Gráfico 8).

Tanto a RI quanto o estado apresentaram evolução positiva ao longo do período, mas em ritmo mais lento. O estado do Pará saiu de 34,4% em

2019 para 65,6% em 2023, indicando progressos importantes, mas ainda abaixo do ideal para garantir equidade digital. A RI Lago de Tucuruí teve um desempenho intermediário, com melhora significativa após 2021. O caso de Jacundá mostra como iniciativas locais mais assertivas podem acelerar a inclusão tecnológica nas escolas públicas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispesável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

O indicador de violência contra a mulher por parceiros em Jacundá apresentou uma elevação acentuada ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 13 casos por 100 mil habitantes, mas subiu para 48 em 2020, com pequena queda no ano seguinte (26 casos em 2021). A partir de 2022, nota-se um salto expressivo: 88 casos por 100 mil habitantes, seguido por uma leve redução em 2023, com 85 casos. Esses dados indicam uma tendência preocupante de agravamento da violência doméstica no município (Gráfico 9).

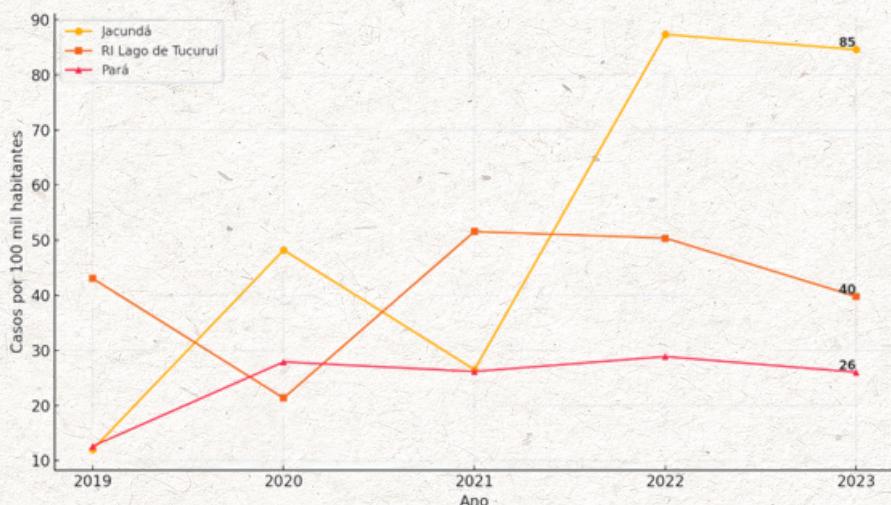


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os valores oscilaram entre 22 e 52 casos por 100 mil habitantes, com um pico em 2021. Em 2023, o número de casos foi de 40, representando uma redução em relação ao pico, mas ainda em um patamar elevado. Já no estado do Pará, o indicador manteve-se mais estável, variando entre 13 e 29 casos, encerrando 2023 com 26. Isso mostra que, enquanto o estado conseguiu manter certa estabilidade, Jacundá se distanciou negativamente da média estadual (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Essa disparidade pode estar relacionada a múltiplos fatores, como subnotificação em anos anteriores, maior conscientização e registro de denúncias mais recentemente, ou até agravamento de dinâmicas locais de violência. A intensificação dos casos a partir de 2022 pode também refletir os efeitos sociais da pandemia, como o confinamento, a pressão econômica e a sobrecarga doméstica, além da possível fragilidade das redes locais de proteção à mulher (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Jacundá apresentou oscilações consideráveis. Em 2019, o município registrava um índice de 43%, acima da média regional e próximo à estadual. No entanto, em 2020 esse percentual caiu para 40,7%, e atingiu o menor valor da série em 2021, com apenas 32,9%. Essa queda pode estar associada a contextos de crise econômica, nos quais as mulheres tendem a ser mais impactadas em posições de liderança (Gráfico 10).

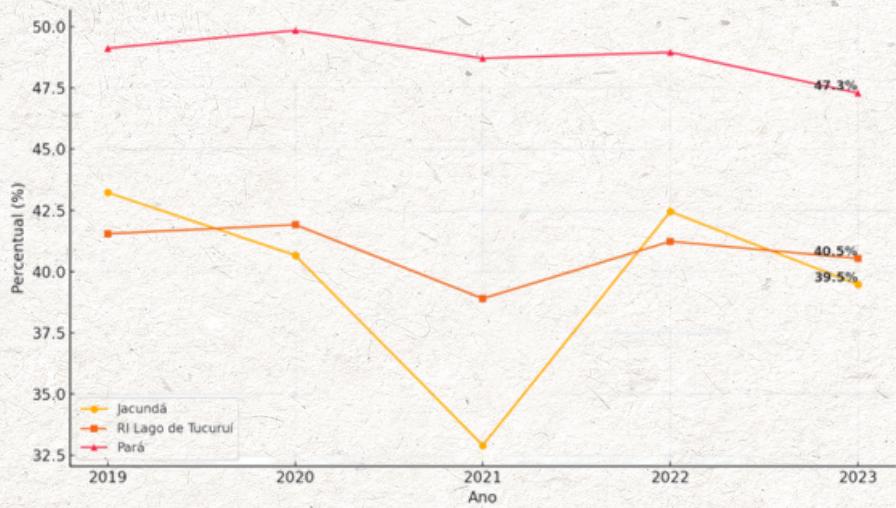




A partir de 2022, houve recuperação com o índice subindo para 42,6%, sinalizando uma retomada da presença feminina nos cargos de gestão, ainda que em 2023 o número tenha recuado novamente para 39,5%. A Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou menor oscilação, mantendo-se entre 39% e 42% ao longo do período. Já o estado do Pará manteve-se consistentemente acima de 47%, revelando maior estabilidade e equidade de gênero em níveis gerenciais no âmbito estadual (Gráfico 10).

Esses dados sugerem que, apesar de avanços pontuais, Jacundá ainda enfrenta desafios estruturais na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. A grande variação entre os anos pode estar ligada à rotatividade em funções comissionadas ou à falta de políticas afirmativas de valorização da liderança feminina. O contraste com o desempenho estadual indica uma lacuna de equidade a ser superada no município e na RI (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

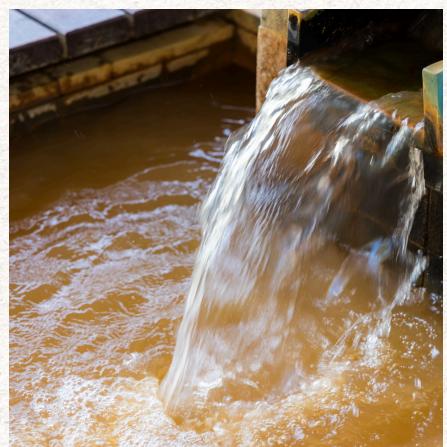
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Jacundá, observa-se um crescimento contínuo do percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2022, passando de 3,5% para 5,9%. Esse avanço pode indicar melhorias incrementais na infraestrutura de saneamento voltada para as camadas mais vulneráveis da população. Entretanto, em 2023, o percentual permaneceu estável, sugerindo uma possível estagnação ou ausência de novos investimentos significativos nesse segmento (Gráfico 11).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o avanço foi mais modesto. O percentual saiu de 3,8% em 2019 para 4,4% em 2023, com variações mínimas ao longo dos anos. O ritmo de crescimento é lento, o que pode indicar dificuldades estruturais ou falta de priorização regional para investimentos em saneamento básico voltados à população de baixa renda.

(de 4,5% para 4,4%) aponta uma instabilidade nos avanços regionais (Gráfico 11).

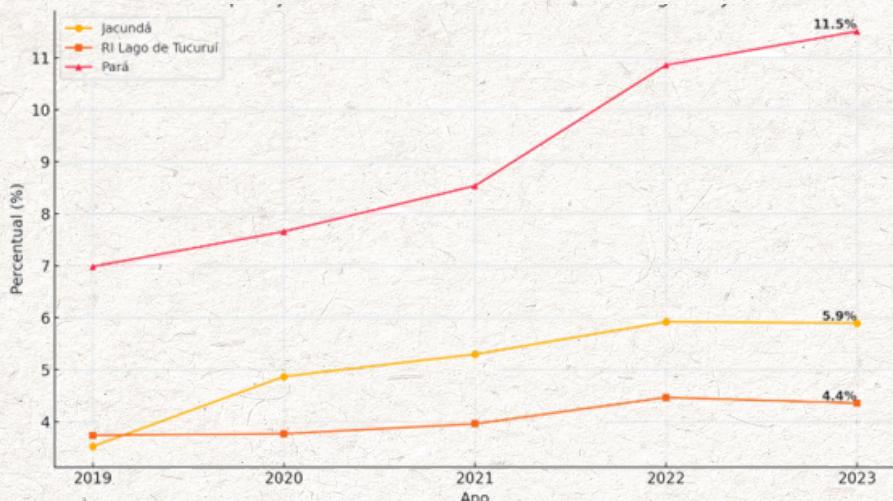
No estado do Pará, o crescimento foi mais expressivo, iniciando com 7,0% em 2019 e alcançando 11,5% em 2023. Esse aumento contínuo evidencia políticas estaduais mais robustas ou abrangentes voltadas ao saneamento para populações vulneráveis. O salto mais significativo ocorreu entre 2021 e 2022, passando de 8,6% para 11,4%, o que po-



de ter sido impulsionado por programas estaduais de infraestrutura, recursos federais ou parcerias com o setor privado no período pós-pandêmico (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Jacundá, os dados indicam ausência total de gastos municipais per capita com saneamento básico de 2019 a 2023. Esse dado é particularmente preocupante, pois contrasta com o aumento observado na cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda. A ausência de investimento direto do município pode indicar dependência de recursos de outras esferas (estadual ou federal), iniciativas privadas ou distorções na execução orçamentária local (Gráfico 12).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento do gasto per capita apresentou oscilações. O valor cresceu de R\$ 41,00 em 2019 para R\$ 63,00 em 2021, sugerindo um período de prioriza-

ção do setor.

No entanto, houve queda brusca em 2022 para R\$ 32,00, com posterior recuperação para R\$ 44,00 em 2023. Essa trajetória instável pode estar associada à variação na capacidade de arrecadação dos municípios da região, à reestruturação de prioridades ou à ocorrência de eventos extraordinários como a pandemia da COVID-19 (Gráfico 12).

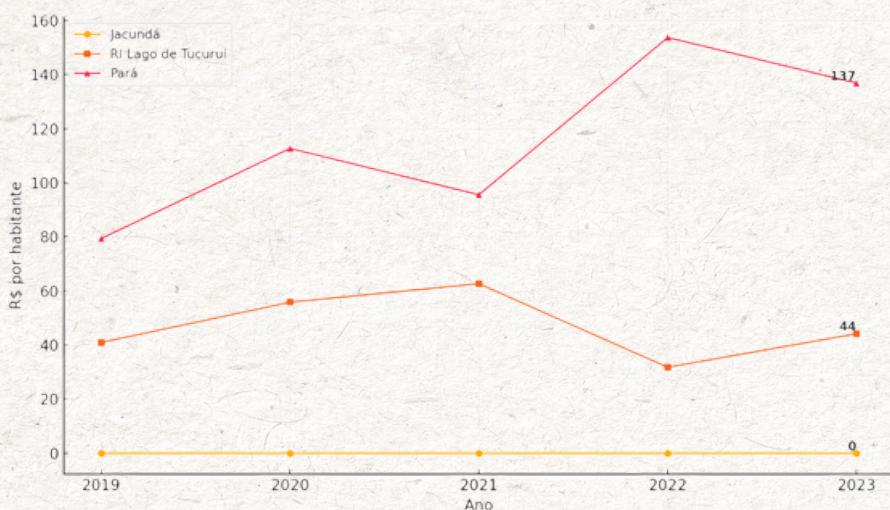
No estado do Pará, os gastos per capita foram significativamente superiores aos demais níveis. Em 2019, o gasto era de R\$ 79,00, aumentando para R\$ 114,00 em 2020, com nova alta expressiva em 2022, atingindo R\$ 155,00. Apesar da ligeira queda para R\$ 137,00 em 2023, o patamar continua elevado.

Isso revela uma atuação forte do governo estadual no financiamento da política de saneamento, com investimentos consistentes que possivelmente explicam o avanço do indicador de cobertura observado anteriormente (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



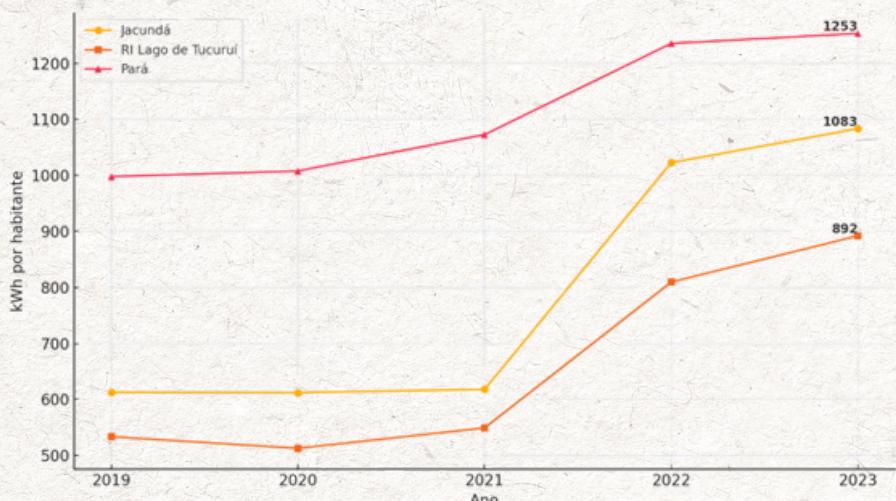
No município de Jacundá, o consumo de energia elétrica per capita manteve-se estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente na faixa de 610 a 620 kWh/hab. A partir de 2022, entretanto, houve um crescimento expressivo, com salto para 1.026 kWh/hab. e posterior aumento para 1.083 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento pode refletir uma ampliação do acesso à energia elétrica, mudanças no perfil de consumo ou incremento de atividades econômicas e serviços que demandam maior uso energético (Gráfico 13).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o padrão de crescimento foi semelhante, embora com valores inferiores. O consumo começou em 531 kWh/hab. em 2019, sofreu leve retração em 2020, e a partir de 2021, iniciou trajetória ascendente, atingindo 892 kWh/hab. em 2023. Esse comportamento indica avanços graduais na infraestrutura energética da região, com possível impacto de políticas de universalização do acesso e da regularização do fornecimento para áreas antes excluídas ou com atendimento precário (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo per capita partiu de um patamar mais elevado (997 kWh/hab. em 2019) e manteve crescimento contínuo ao longo do período, alcançando 1.253 kWh/hab. em 2023. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, refletindo, possivelmente, um efeito de retomada econômica pós-pandemia. O padrão estadual revela um avanço mais consistente e estruturado, possivelmente sustentado por investimentos robustos em distribuição e expansão da malha elétrica (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.083 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Jacundá, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil apresentou queda progressiva de 4,7% em 2019 para 3,1% em 2023. A redução mais acentuada ocorreu entre 2021 e 2023, o que pode indicar a implementação de ações direcionadas à substituição de fontes precárias de iluminação por energia elétrica regularizada ou a ampliação de programas de eletrificação rural e urbana voltados a populações vulneráveis (Gráfico 14).

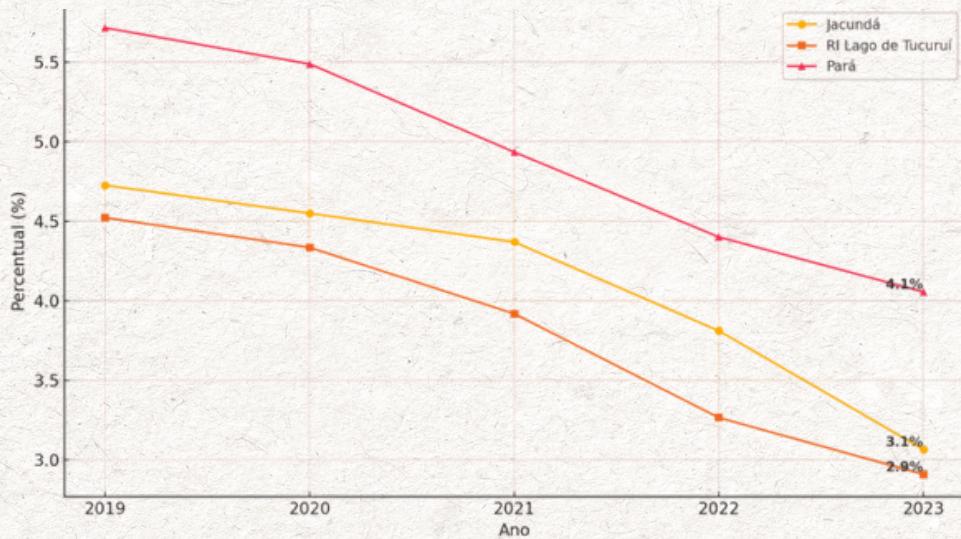


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a trajetória também é de queda constante, com redução de 4,5% em 2019 para 2,9% em 2023. O ritmo de redução foi particularmente significativo após 2021, alinhando-se à tendência observada no município de Jacundá. Esse dado sugere um movimento regional coordenado de combate à insegurança energética entre os grupos de baixa renda, com foco na erradicação de práticas como o uso de lamparinas, velas e geradores a combustível (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indica-

dor apresentou maior percentual inicial (5,7% em 2019), mas também caiu de forma contínua, alcançando 4,1% em 2023. A taxa de declínio foi mais lenta em relação à média regional e municipal, sugerindo maior dificuldade de alcance em áreas mais remotas ou com menores níveis de cobertura elétrica. Ainda assim, a trajetória é positiva e indica que os esforços para garantir o direito à energia elétrica em condições dignas têm avançado, embora com desigualdades territoriais persistentes (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

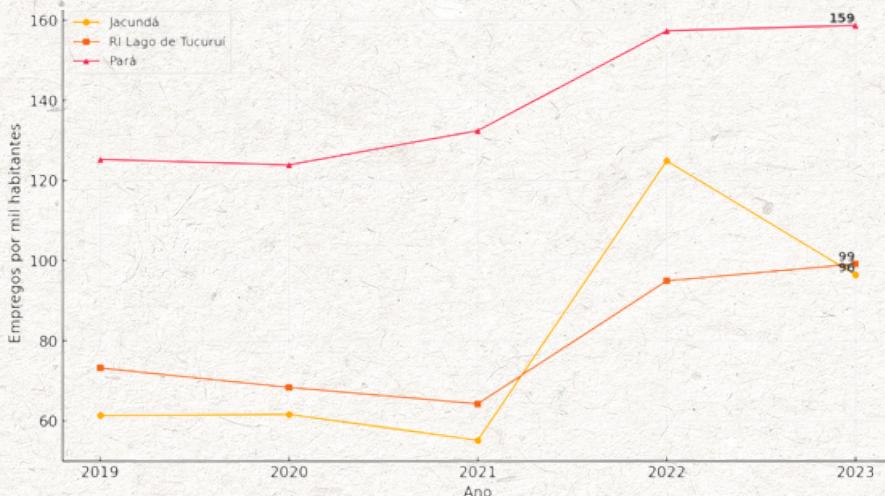
Entre 2019 e 2021, o município de Jacundá apresentou uma tendência de queda no número de empregos formais por mil habitantes, passando de aproximadamente 61 para 55 postos formais. Essa retração pode estar relacionada aos efeitos da crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19, refletindo dificuldades de manutenção do emprego formal no setor privado e na administração pública local. No entanto, em 2022, observa-se um salto significativo para 125 empregos por mil habitantes, sinalizando uma forte recuperação ou possível expansão pontual de setores específicos da economia municipal, embora esse crescimento não tenha se sustentado integralmente em 2023, quando houve retração para 99 empregos por mil (Gráfico 15).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador apresentou queda contínua de 2019 a 2021, indo de 73 para 65 empregos formais por mil habitantes. Esse comportamento é coerente com a conjuntura macroeconômica do período e com a baixa densidade industrial da região. A partir de 2022, observa-se um crescimento expressivo, chegando a 95 empregos por mil habitantes em 2022 e se estabilizando em 96 em 2023. Essa recuperação pode indicar a reativação de atividades produtivas ou melhorias nas políticas regionais de empregabilidade e formalização do trabalho (Gráfico 15).



No estado do Pará, o indicador manteve-se relativamente estável até 2020, em torno de 124 empregos por mil habitantes, e a partir de 2021 iniciou uma trajetória de alta contínua, alcançando 159 empregos formais por mil habitantes em 2023. Esse crescimento consistente sugere um movimento de recuperação mais estruturado da economia parense, possivelmente impulsionado por setores como mineração, construção civil, logística e serviços, além de políticas estaduais voltadas à geração de emprego formal. A tendência estadual é mais robusta e contínua que nas demais esferas, refletindo maior resiliência e dinamismo econômico (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 99 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Essa elevação abrupta sugere um ponto fora da curva, o que merece atenção quanto à sua sustentabilidade (Gráfico 16).

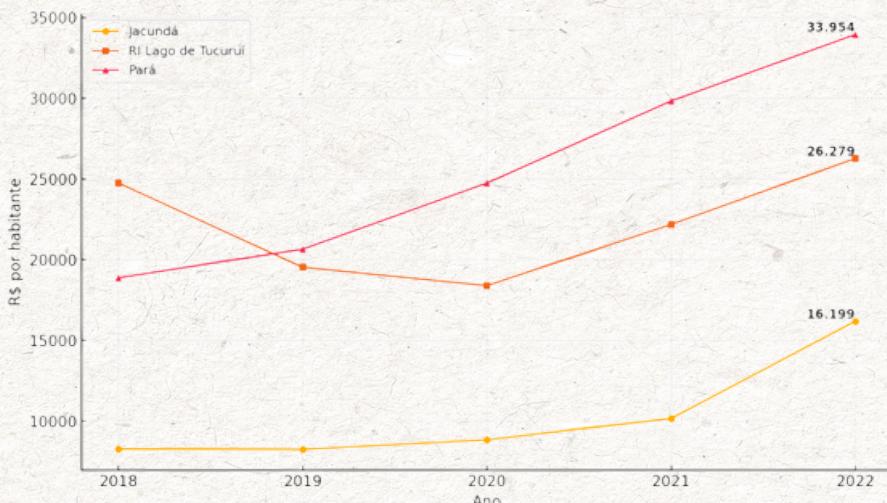
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se uma trajetória mais instável. Em 2018,

o PIB per capita era elevado (R\$ 24.800), mas sofreu queda acentuada em 2019, chegando a menos de R\$ 20 mil, e permaneceu em queda até 2020. A partir de 2021, houve recuperação gradual, atingindo R\$ 26.279 em 2022. Essa oscilação pode estar relacionada à forte dependência da região de setores industriais ou energéticos sujeitos a variações cílicas ou a mudanças nos preços de commodities, com posterior reativação ou retomada de investimentos (Gráfico 16).



No estado do Pará, o comportamento foi de crescimento constante e robusto ao longo do período. O PIB per capita aumentou de cerca de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Essa evolução demonstra um ciclo de expansão econômica sustentada no estado, o que pode ser atribuído à valorização do setor mineral, ao aumento de exportações e à ampliação da base produtiva. A trajetória estável e ascendente reflete um desempenho macroeconômico consistente e bem distribuído em termos agregados (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.199/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Jacundá, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB apresentou tendência de queda durante todo o período analisado. Partindo de 7,4% em 2018, recuou ano após ano até atingir 4,4% em 2022. Esse comportamento revela um processo de desindustrialização ou redução relativa da importância da atividade industrial na estrutura econômica local, possivelmente com crescimento maior dos setores de serviços ou agropecuária. A retração contínua sinaliza necessidade de políticas de estímulo à diversificação produtiva e à industrialização (Gráfico 17).

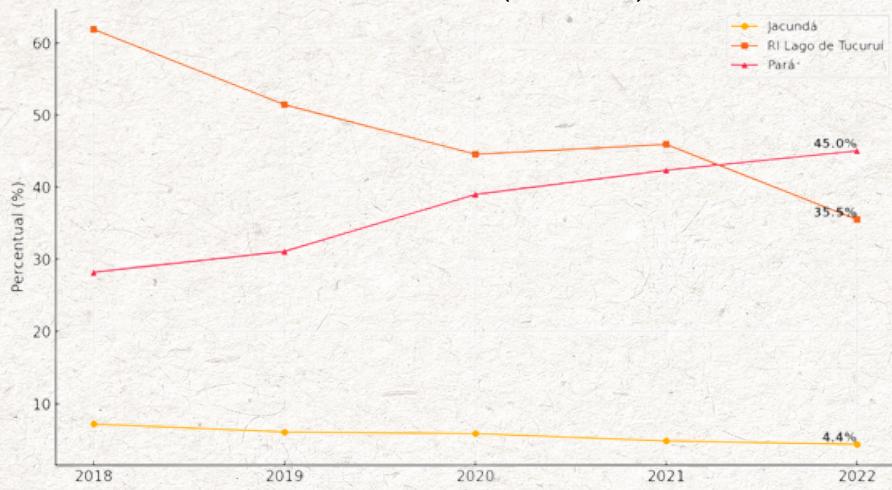
Na RI Lago de Tucuruí, o indicador também mostra queda expressiva, embora com níveis percentuais elevados em relação aos demais recortes. Em 2018, a indústria representava mais de 61% do PIB regional, mas esse valor caiu para 35,5% em 2022. A redução mais significativa ocorreu entre 2018 e 2020, com posterior estabilização parcial. Essa dinâmica sugere que a indústria teve papel dominante na economia regional, mas vem perdendo força, o que pode estar ligado à estagnação ou declínio de empreendimentos industriais locais ou à crescente participação de outros setores (Gráfico 17).

Por outro lado, no estado do Pará, o valor adicionado da indústria teve crescimento constante, partindo de 28,2% em 2018 e alcançando 45% em 2022. Essa elevação progressiva mostra o fortalecimento do setor industrial no estado como um todo, contrastando com a perda de relevância observada nos recortes municipal e regional. Esse avanço pode estar vinculado à expansão da mineração, da indústria de transformação voltada à exportação e de grandes projetos industriais concentrados em áreas estratégicas do território paraense (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Jacundá apresentou uma oscilação no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Partindo de 8,5 profissionais em 2019, o índice recuou em 2020 para 7,4, possivelmente em decorrência de descontinuidades institucionais, redução de vínculos ou ausência de políticas locais de incentivo à ciência e tecnologia.



A partir de 2021, houve recuperação expressiva, culminando em um pico de 14,6 profissionais em 2022, o que pode refletir iniciativas pontuais, como contratações públicas ou projetos acadêmicos. No entanto, em 2023, o indicador caiu para 12, sinalizando que o crescimento anterior não foi plenamente sustentado (Gráfico 18).

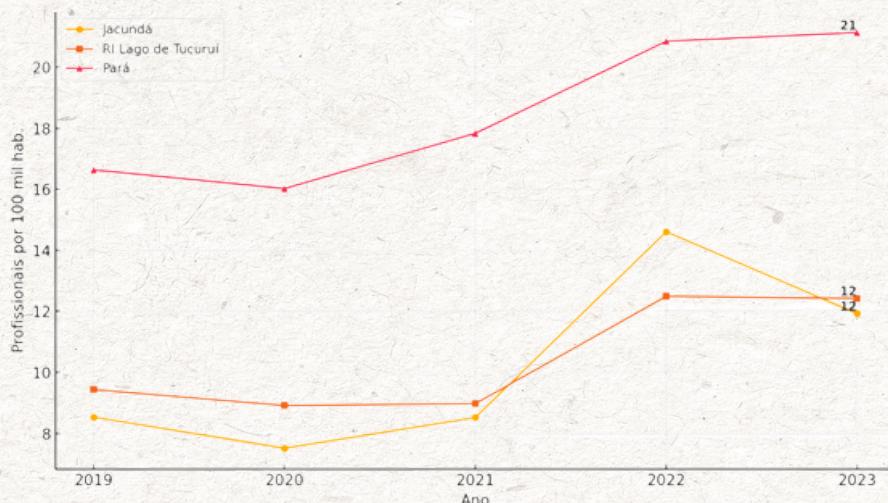


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador teve comportamento mais estável, com leve declínio entre 2019 e 2020, de 9,5 para 9,0 profissionais por 100 mil habitantes. A partir de 2021, houve um leve aumento, chegando a 12,5 em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Essa estabilidade relativa indica uma estrutura regional mais resiliente ou consolidada, ainda que com ritmo de crescimento moderado. A região parece ter ampliado a presença de profissionais da ciência de forma gradual, possivelmente impulsionada por iniciativas de consórcios intermunicipais, parcerias com instituições de ensino ou programas de qualificação técnica (Gráfico 18).



Já no estado do Pará, observa-se um crescimento constante e consistente do número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador subiu de 16,6 em 2019 para 21,0 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, que pode ter sido impulsionado por políticas estaduais de fomento à ciência, como editais de pesquisa, ampliação da rede pública de ensino superior ou parcerias com centros de inovação. A tendência estadual é de fortalecimento progressivo da base científica, contrastando com as flutuações nos recortes municipal e regional, e sinaliza a consolidação de um ecossistema científico mais robusto no Pará (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucurú x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

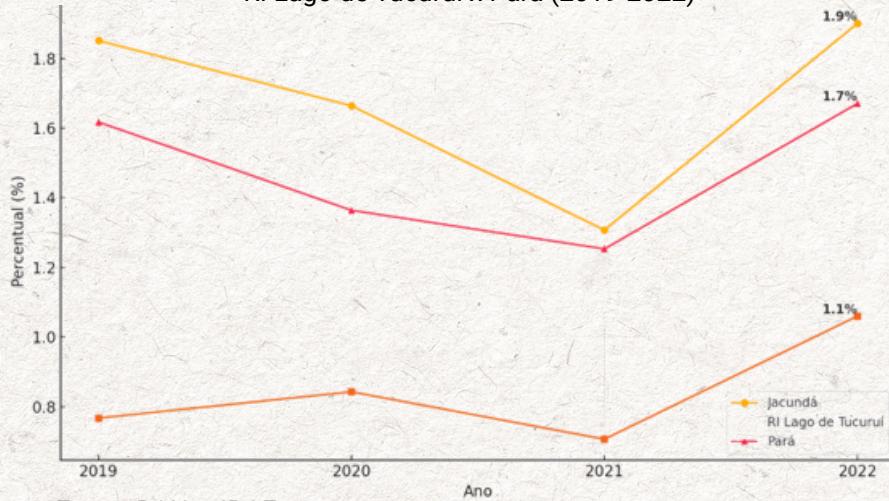
Entre 2019 e 2022, o município de Jacundá apresentou variações na massa salarial dos vínculos formais em relação ao seu PIB. O indicador começou em um patamar elevado de aproximadamente 1,85% em 2019, mas registrou quedas sucessivas em 2020 (1,68%) e 2021 (1,31%), refletindo o impacto da pandemia sobre o mercado formal e a possível retração da atividade econômica local. Contudo, em 2022 houve uma forte recuperação, com o indicador alcançando 1,90%, o maior valor do período. Esse crescimento pode estar associado ao aumento da formalização do trabalho ou à valorização salarial em setores estratégicos do município (Gráfico 19).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a trajetória foi marcada por menor intensidade nas oscilações. O percentual começou em 0,76% em 2019, subiu levemente para 0,84% em 2020, e caiu novamente para 0,70% em 2021. O crescimento mais expressivo ocorreu em 2022, quando o indicador atingiu 1,1%, revelando uma recuperação significativa da massa salarial no setor formal. Ainda que os valores regionais permaneçam abaixo dos verificados no município e no estado, a tendência ascendente recente indica melhora nas condições de trabalho e na remuneração formal na região (Gráfico 19).

No estado do Pará, o comportamento do indicador seguiu

tendência semelhante à de Jacundá, embora em níveis intermediários. Em 2019, a massa salarial formal representava 1,62% do PIB estadual, mas caiu de forma contínua até atingir 1,26% em 2021. Em 2022, observou-se uma retomada para 1,7%, evidenciando a recuperação do mercado formal de trabalho e a recomposição salarial após os efeitos da crise sanitária. O desempenho estadual reflete, em parte, a dinâmica de setores intensivos em mão de obra formal e a recuperação de atividades econômicas relevantes que impactam diretamente o volume de salários pagos no estado (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

No município de Jacundá, o acesso à telefonia móvel apresentou um crescimento acentuado, especialmente a partir de 2021. Entre 2019 e 2021, o indicador se manteve estável em torno de 53 a 59 linhas por 100 habitantes, mas saltou expressivamente para 94,8 em 2022 e se manteve em 95 em 2023. Esse avanço pode estar associado à expansão das redes móveis, ao aumento do uso de múltiplos chips por habitante, bem como à maior digitalização da população local no pós-pandemia, com crescente dependência de dispositivos móveis para comunicação, trabalho e acesso a serviços públicos e privados (Gráfico 20).

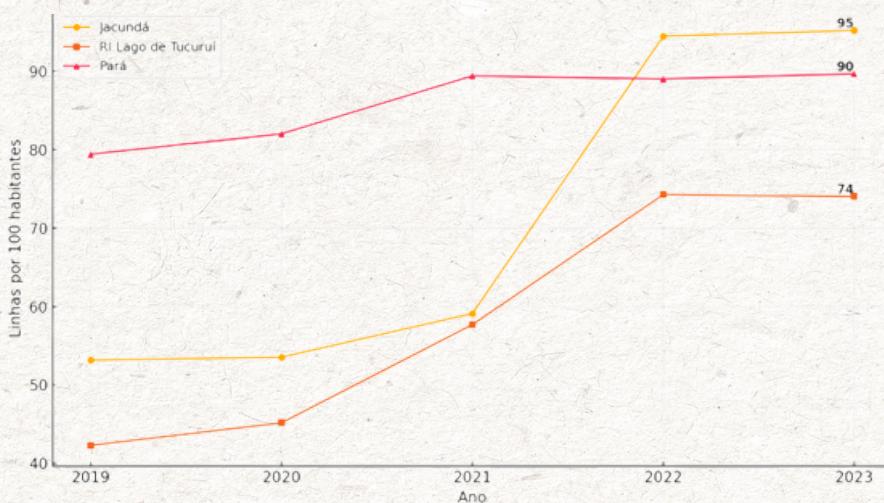
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a trajetória também foi de crescimento, embora em ritmo mais moderado. O indicador partiu de 42 linhas por 100 habitantes em 2019, avançando de forma contínua até atingir 74 linhas em 2022, mantendo esse patamar em 2023. A evolução revela melhoria na infraestrutura de conectividade regional, acompanhando a tendência nacional de ampliação do acesso à telefonia móvel, ainda que com desigualdade em relação ao ritmo observado no município de Jacundá e no estado (Gráfico 20).





No estado do Pará, o crescimento foi mais suave, mas partindo de um nível mais alto. Em 2019, já havia 79,6 linhas por 100 habitantes, chegando a 90 em 2023. O crescimento foi progressivo, com destaque para o período entre 2020 e 2021. Esse comportamento sugere uma base populacional com maior cobertura e penetração dos serviços móveis, consolidando a telefonia celular como infraestrutura essencial de comunicação e inclusão digital no estado. A estabilidade a partir de 2021 indica uma possível saturação ou maturidade do mercado (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

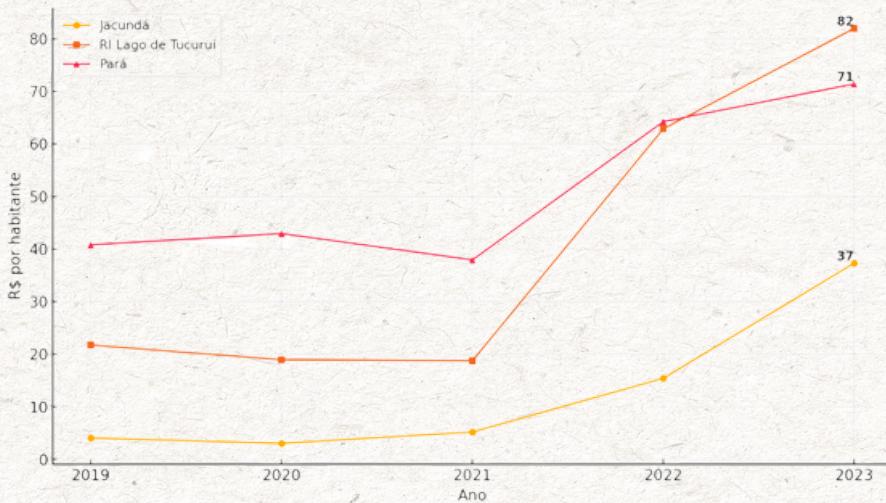
Em Jacundá, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou crescimento significativo após um período de estagnação em níveis muito baixos. De 2019 a 2021, os valores oscilaram entre R\$ 4,1 e R\$ 5,2, revelando baixo investimento por parte da administração municipal nessas áreas. A partir de 2022, observa-se um aumento expressivo, alcançando R\$ 15,7 e depois R\$ 37 em 2023. Essa mudança pode refletir a implementação de novos programas culturais ou ambientais, acesso a recursos externos ou reestruturação das prioridades orçamentárias (Gráfico 21).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução foi ainda mais notável. Os investimentos recuaram de R\$ 21,9 em 2019 para R\$ 18,6 em 2021, mas a partir de 2022 houve uma guinada com elevação para R\$ 64,2 e um salto para R\$ 82 em 2023. O crescimento pode estar vinculado à descentralização de recursos, incremento em parcerias intermunicipais e maior valorização da pauta ambiental e cultural no contexto pós-pandemia, que exigiu ações voltadas à revitalização cultural e à mitigação de impactos ambientais regionais (Gráfico 21). No estado do Pará, o indica-

dor manteve-se relativamente alto durante o período, partindo de R\$ 40,9 em 2019 e oscilando até R\$ 71,1 em 2023. A queda observada em 2021 (R\$ 37,8) foi revertida com aumento expressivo nos anos seguintes, em especial em 2022, quando chegou a R\$ 64,6. O comportamento sugere continuidade no comprometimento estadual com essas agendas, provavelmente fortalecidas por políticas estruturadas de fomento cultural, ações ambientais articuladas com as metas dos ODS e o uso de fundos estaduais e federais para compensações socioambientais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

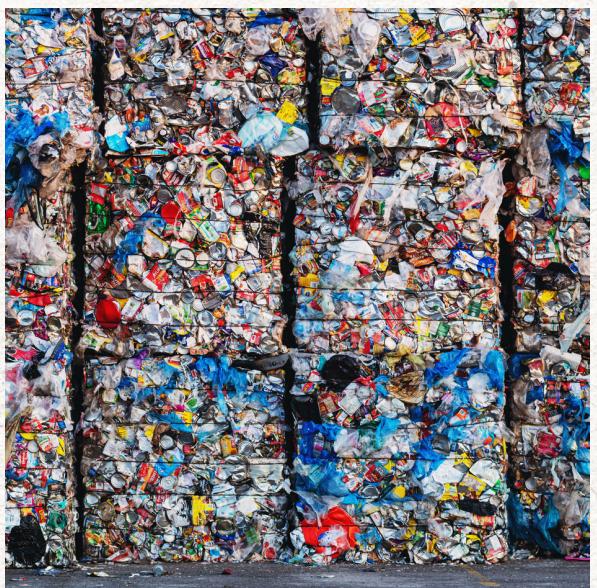
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 37/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

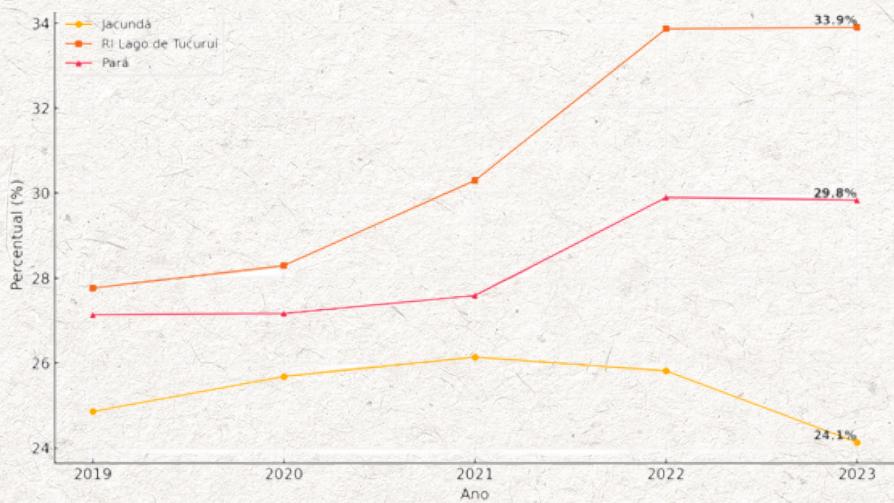
No município de Jacundá, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou enterro do lixo apresentou leve oscilação entre 2019 e 2022, variando de 24,9% a 26,1%, antes de cair para 24,1% em 2023. Essa estabilidade relativa, seguida de uma leve redução, pode indicar que, embora as condições de acesso à coleta adequada de resíduos sólidos não tenham mudado significativamente ao longo dos anos, há sinais positivos recentes, possivelmente devido a ações locais de conscientização ambiental ou expansão pontual da cobertura de coleta (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador apresentou uma trajetória ascendente, partindo de 27,8% em 2019 e chegando a 33,9% em 2022, mantendo esse patamar em 2023. Essa elevação contínua pode sinalizar um agravamento das condições de manejo de resíduos sólidos entre a população de baixa renda, refletindo deficiências na infraestrutura de coleta, ausência de políticas regionais integradas ou crescimento urbano desordenado sem a correspondente expansão dos serviços básicos (Gráfico 22).

No estado do Pará, a proporção também aumentou ao lon-

go do período, de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar relacionado a impactos socioeconômicos da pandemia que comprometeram a manutenção ou a ampliação da coleta formal em áreas vulneráveis. O comportamento ascendente do indicador em nível estadual reflete uma problemática estrutural relacionada à exclusão de comunidades mais pobres dos serviços de limpeza urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,1 % enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0% . Portanto, a meta ainda não foi alcançada .



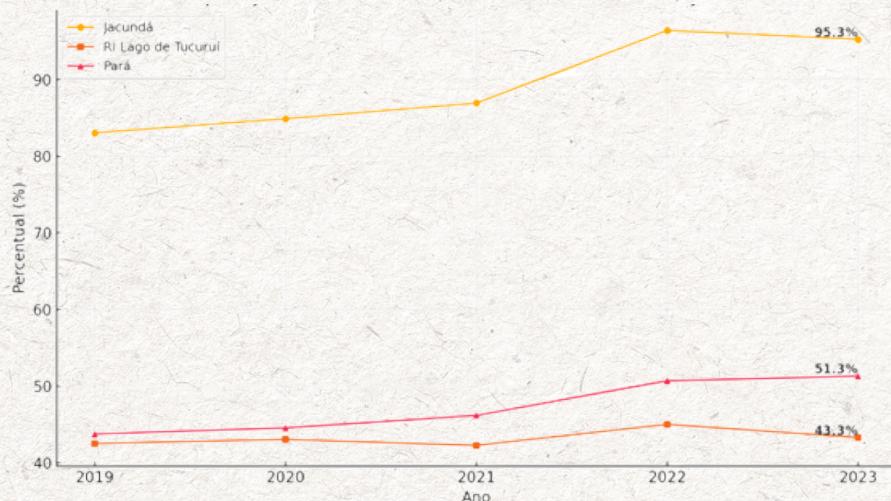
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Jacundá apresenta um cenário crítico, com percentuais alarmantes e crescimento contínuo entre 2019 e 2022. O indicador partiu de 83,1% e atingiu um pico de 96,2% em 2022, indicando que praticamente toda a população de baixa renda do município ainda depende de fossas rudimentares, solução precária de saneamento. Em 2023, houve leve redução para 95,3%, mas o patamar permanece extremamente elevado, refletindo a ausência de políticas estruturantes de saneamento básico e a exclusão desse grupo social de redes públicas de esgotamento sanitário (Gráfico 23).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a situação foi relativamente estável até 2021, com valores próximos de 42%, mas em 2022 houve elevação significativa para 45,1%, seguida por um pequeno recuo para 43,3% em 2023. Apesar de os números serem consideravelmente inferiores aos de Jacundá, ainda representam uma parcela expressiva da população vivendo em condições sanitárias inadequadas. O aumento recente pode estar relacionado à expansão territorial de áreas urbanas e periurbanas sem infraestrutura adequada (Gráfico 23).

Em nível estadual, o indicador também subiu, de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023, com crescimento mais acentuado a partir de 2021. Esse avanço negativo evidencia a persistência da vulnerabilidade sanitária entre a população pobre no Pará. A dependência de fossas rudimentares compromete a saúde pública, a qualidade ambiental e a dignidade das famílias, e a trajetória ascendente reforça a urgência de investimentos estruturais, especialmente nas regiões mais periféricas e rurais do estado (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No município de Jacundá, os gastos per capita com prevenção de desastres permaneceram extremamente baixos durante todo o período, partindo de R\$ 4,0 em 2019 e chegando a zero em 2022 e 2023. Esse cenário revela ausência ou descontinuidade de investimentos municipais voltados à gestão de riscos e prevenção de eventos extremos, o que pode tornar a população local mais vulnerável a inundações, queimadas e outros desastres, especialmente em um contexto de mudanças climáticas crescentes. A queda contínua sugere que a temática pode não

estar sendo priorizada na agenda pública local (Gráfico 24).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se uma tendência crescente. Em 2019, os gastos foram de R\$ 191 por habitante, com elevação gradual até um pico de R\$ 548 em 2022, seguido de uma pequena redução para R\$ 512 em 2023. Esse comportamento indica que a região tem direcionado recursos consideráveis à prevenção de desastres, talvez em resposta a episódios críticos ocorridos localmente ou a uma política regional de antecipação a riscos.

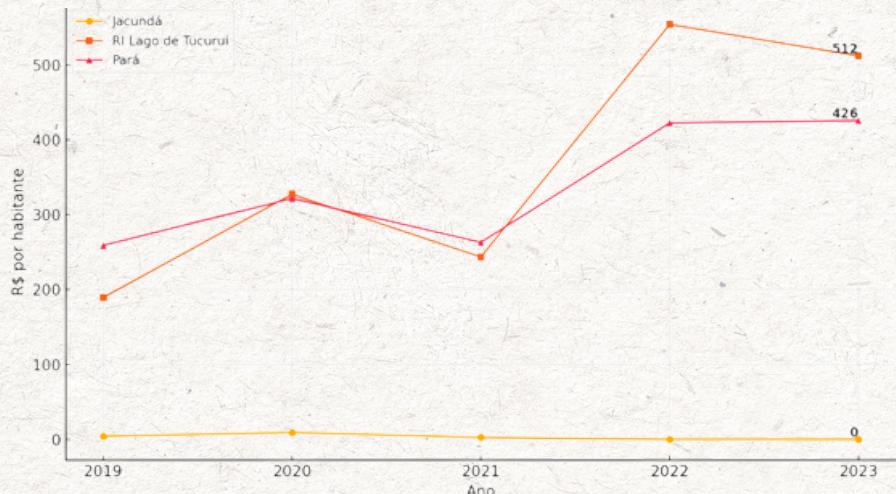


Mesmo com a leve queda no último ano, os valores permanecem em patamar elevado e revelam uma preocupação ativa com a resiliência territorial (Gráfico 24).

No estado do Pará, o indicador também mostra evolução positiva, saindo de R\$ 260 em 2019 e chegando a R\$ 426 em 2023. Após um pequeno recuo em 2021 (R\$ 264), houve uma recuperação firme nos dois anos seguintes.

Essa trajetória sugere que o governo estadual tem ampliado os investimentos em prevenção de desastres, possivelmente integrando esses recursos a programas de proteção ambiental, infraestrutura e defesa civil. O padrão de crescimento reflete maior conscientização institucional quanto aos riscos socioambientais enfrentados pelo estado (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Jacundá, a despesa per capita com preservação aquática oscilou de forma significativa ao longo do período. Em 2019, o valor era de R\$ 132 por habitante, caiu para R\$ 114 em 2020, e depois subiu para R\$ 165 em 2021. Apesar da queda para R\$ 121 em 2022, o ano de 2023 marcou uma retomada forte, com o valor alcançando R\$ 215. Esse comportamento revela certa instabilidade na política ambiental local, mas a retomada recente pode indicar maior atenção à preservação dos recursos hídricos, fundamentais para o abastecimento, agricultura e qualidade ambiental (Gráfico 25).



Na RI Lago de Tucuruí, o padrão de investimento foi mais elevado e relativamente estável até 2021, com valores acima de R\$ 280, chegando a R\$ 342 em 2020 e 2021. Houve uma queda em 2022 para R\$ 271, seguida de aumento expressivo para R\$ 415 em 2023. A retomada pode estar associada à execução de programas de revitalização de bacias, controle de resíduos ou compensações ambientais relacionadas à exploração hídrica da região.

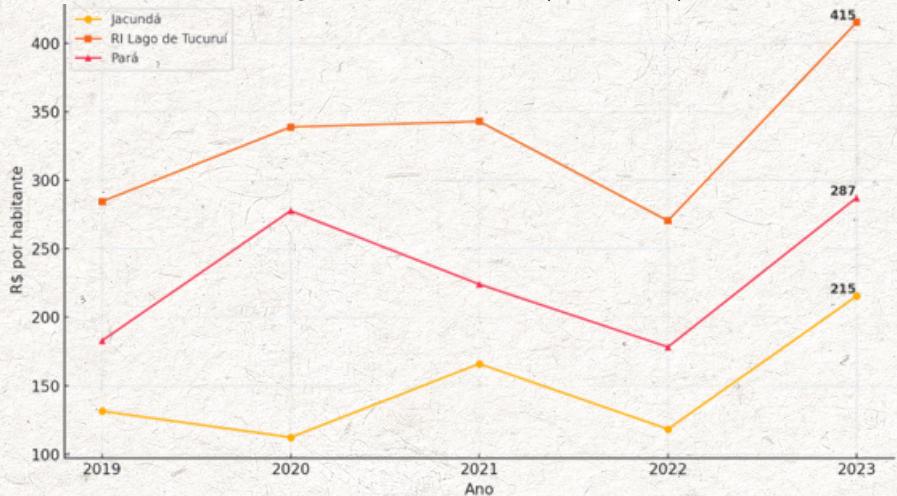
A RI demonstra forte comprometimento com a temática, especialmente em 2023 (Gráfico 25).

No estado do Pará, a despesa per capita com preservação aquática também apresentou variações ao longo dos anos. Partindo de R\$ 183 em 2019, o indicador chegou a R\$ 279 em 2020, mas oscilou para baixo em 2021 e 2022, atingindo R\$ 179 nesse último ano. Em 2023, houve nova alta para R\$ 287, refletindo uma recuperação dos investimentos.



A retomada recente pode estar ligada a estratégias estaduais de enfrentamento à poluição hídrica, preservação de mananciais e cumprimento de compromissos ambientais vinculados à sustentabilidade e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 215/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Jacundá, o percentual da área coberta por floresta em relação à área total apresentou uma leve oscilação negativa no início do período, caindo de 13,2% em 2019 para 8,8% em 2021, o menor patamar da série. A partir de 2022, houve recuperação parcial, estabilizando-se em 12,8% em 2023. A trajetória indica perda de cobertura florestal relevante nos primeiros anos, seguida por possível recuperação ou reclassificação de áreas em etapas posteriores. Apesar da estabilidade recente, o nível atual segue inferior ao de 2019, sugerindo que os impactos do desmatamento ainda não foram plenamente revertidos (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comporta-

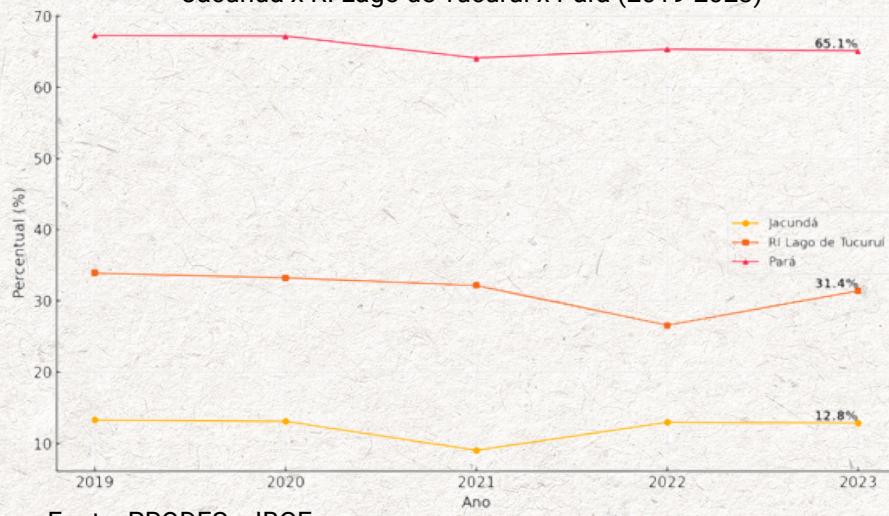
mento foi também decrescente até 2022, passando de 33,9% de cobertura florestal em 2019 para 26,7% em 2022. No último ano, porém, houve retomada, com o indicador alcançando 31,4% em 2023. Essa trajetória sugere uma tendência de recentemente. O comportamento pode estar associado à retomada de polí-

ticas de preservação, reflorestamento ou maior fiscalização ambiental em nível regional (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área florestal manteve-se relativamente estável, com leve queda de 67,3% em 2019 para 65,1% em 2023. A maior variação negativa ocorreu em 2021, mas houve ligeira recuperação nos dois anos seguintes. Isso revela que, apesar das pressões sobre o bioma amazônico, a cobertura florestal ainda representa uma parcela predominante do território paraense. A estabilidade relativa pode refletir o efeito de políticas de conservação estaduais e federais, bem como o papel de áreas protegidas na contenção do desmatamento em larga escala (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Jacundá, o percentual de área desmatada manteve-se elevado e em trajetória de crescimento. Partindo de 73,7% em 2019, o indicador alcançou 76,5% em 2023, indicando que mais de três quartos do território municipal já se encontram desmatados. O avanço do desmatamento, ainda que gradual, reflete a intensa conversão de terras para atividades agropecuárias, exploração madeireira ou expansão urbana. A tendência ascendente reforça a urgência de políticas locais de uso sustentável do solo e restauração de áreas degradadas (Gráfico 27).

Na RI Lago de Tucuruí, o indicador seguiu comportamento semelhante, com aumento de

58,7% em 2019 para 61,3% em 2023. O crescimento foi mais acentuado entre 2021 e 2022, sugerindo aceleração das pressões antrópicas sobre o meio ambiente nesse intervalo. A leve retração no último ano aponta para possível estabilização, mas o patamar elevado demonstra a fragilidade da cobertura florestal e a forte presença de atividades econômicas que demandam supressão vegetal em larga escala (Gráfico 27).

Já no estado do Pará, o percentual de área desmatada é bem inferior ao das demais esferas, porém também apresenta crescimento contínuo, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. A evolu-

ção é mais lenta, o que pode estar relacionado à maior abrangência de unidades de conservação e territórios indígenas, além da fiscalização federal mais intensa em determinadas áreas. No entanto, mesmo o crescimento moderado é preocupante diante da importância da floresta amazônica para a estabilidade climática e a biodiversidade global (Gráfico 27).

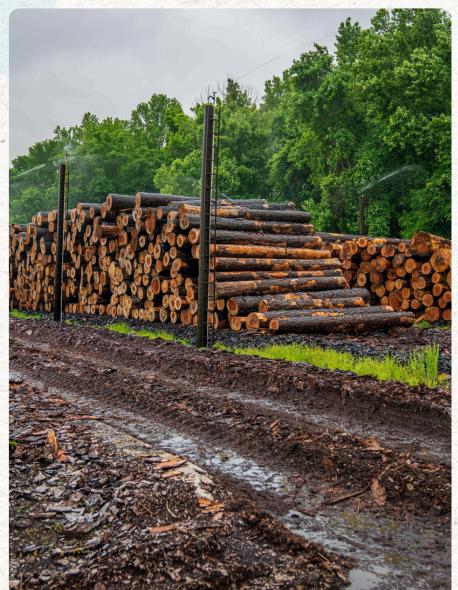
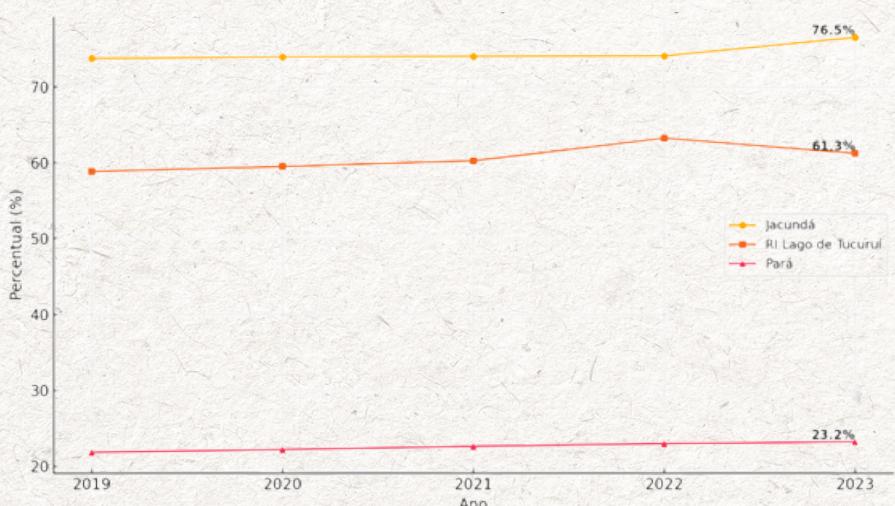


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

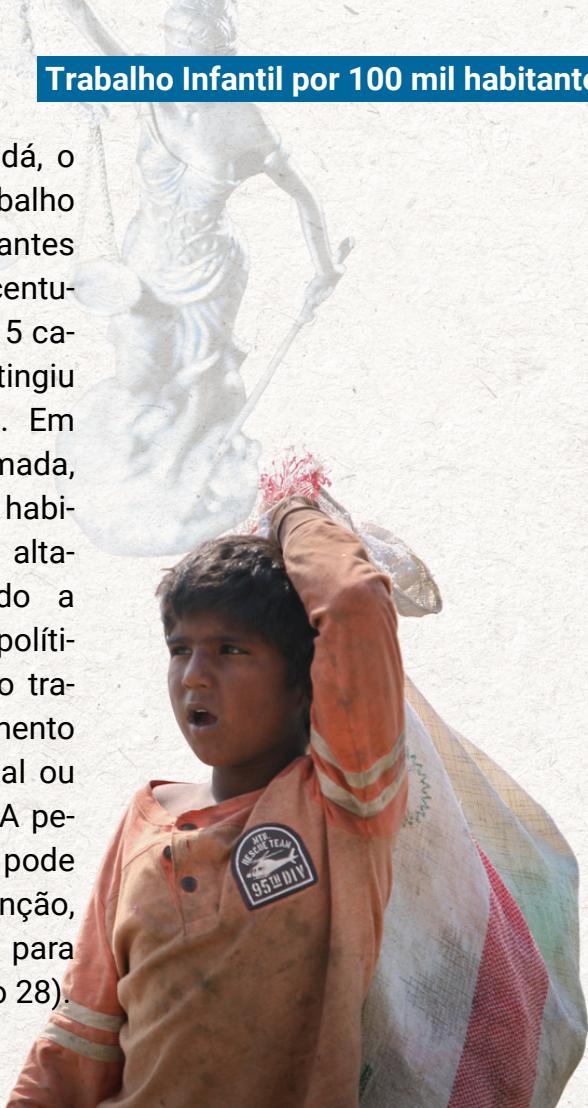
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Jacundá, o número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou uma queda acentuada e contínua de 2019 (15 casos) até 2022, quando atingiu o valor mínimo de zero. Em 2023, houve leve retomada, com 3 casos por 100 mil habitantes. Essa trajetória é altamente positiva, indicando a possível efetividade de políticas locais de combate ao trabalho infantil, fortalecimento da rede de proteção social ou intervenções educativas. A pequena elevação em 2023 pode sinalizar um ponto de atenção, exigindo monitoramento para evitar retrocessos (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

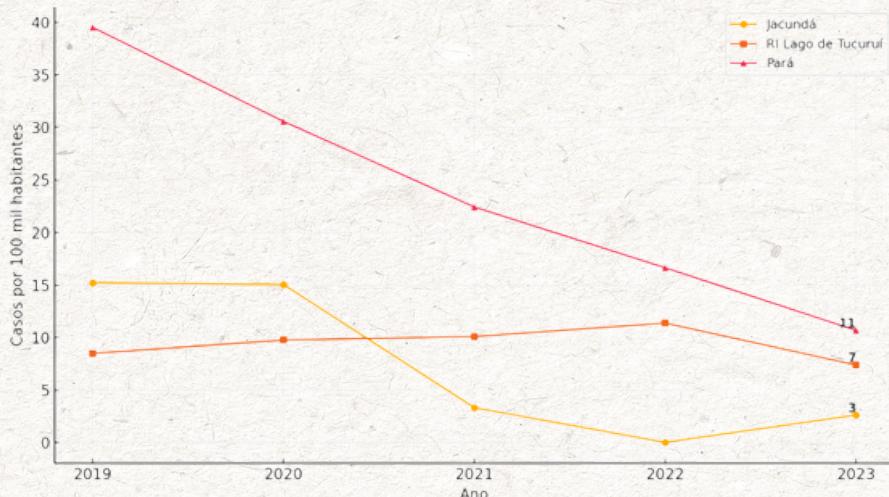
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador se manteve relativamente estável e em patamar intermediário. Em 2019, foram registrados 8,5 casos por 100 mil habitantes, crescendo levemente até 2022, quando atingiu o pico de 11,5 casos. Em 2023, houve redução para 7 casos. Essa variação discreta pode indicar que, embora a região mantenha certa estabilidade, ainda enfrenta desafios na erradicação do trabalho infantil, especialmente em áreas rurais ou menos fiscalizadas, exigindo esforços contínuos de políticas públicas integradas (Gráfico 28).





No estado do Pará, observa-se uma redução expressiva e constante ao longo do período analisado. O indicador caiu de 39,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023, demonstrando uma melhora significativa nas condições de proteção da infância em nível estadual. Essa queda pode refletir a ampliação de programas sociais, fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e ações articuladas entre o Ministério Público do Trabalho, Conselhos Tutelares e o governo estadual. A consistência dessa queda é um indicativo promissor da eficácia das estratégias implementadas (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Jacundá, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou flutuações significativas. Após um patamar alarmante em 2019 (51 homicídios por 100 mil), houve redução expressiva até 2021 (31 homicídios), seguida por um novo aumento em 2022 (48 homicídios) e retorno ao patamar elevado de 50 em 2023. Essa instabilidade sugere que, embora ações de controle da violência tenham surtido efeito temporário, elas não foram sustentadas ou sistematizadas, refletindo a vulnerabilidade do município à criminalidade e à ausência de políticas permanentes de segurança pública (Gráfico 29).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a taxa também variou consideravelmente. O indicador caiu de 43,4 em 2019 para 28,6 em 2020, mas voltou a subir, atingindo 50,3 em 2022, com recuo para 43 em 2023. O comportamento é semelhante ao de Jacundá, o que pode indicar que as dinâmicas de violência são regionais, com causas estruturais como conflitos agrários, tráfico de drogas, ausência do Estado em áreas remotas e precariedade nos serviços de segurança e justiça. A retomada da alta nos anos mais recentes é preocupante (Gráfico 29).

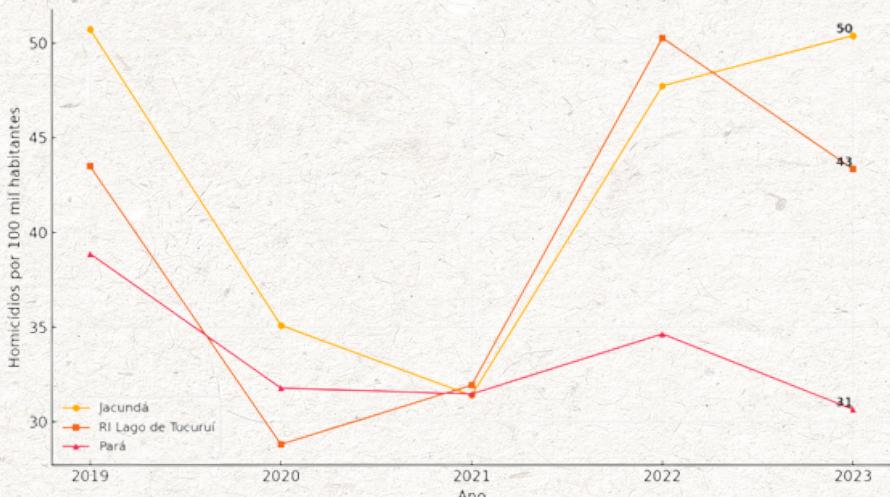
Em nível estadual, o Pará apresentou uma tendência ma-

is moderada, partindo de 38,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e encerrando 2023 com 31. A queda foi relativamente estável, exceto por uma elevação temporária em 2022 (34,6). Esse comportamento sugere que, apesar das oscilações locais e regionais, o estado conseguiu implementar políticas de segurança pública com algum grau de continuidade e impacto positivo, reduzindo, ainda que gradualmente, a letalidade violenta. No entanto, o patamar ainda elevado revela que a violência permanece como um desafio estrutural paraense (Gráfico 29).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Jacundá apresentou um crescimento consistente no gasto público municipal como percentual do PIB, iniciando em 22,8% em 2018 e atingindo seu pico em 2021 com 31,2%. Essa elevação expressiva pode estar associada à intensificação de políticas públicas locais, aumento de transferências intergovernamentais, ou ainda, à retração da base produtiva, que faz com que o gasto represente parcela proporcionalmente maior do PIB. Em 2022, observa-se uma leve queda para 29%, o que pode sinalizar um início de contenção fiscal ou recuperação da atividade econômica, reduzindo o peso relativo da despesa pública (Gráfico 30).

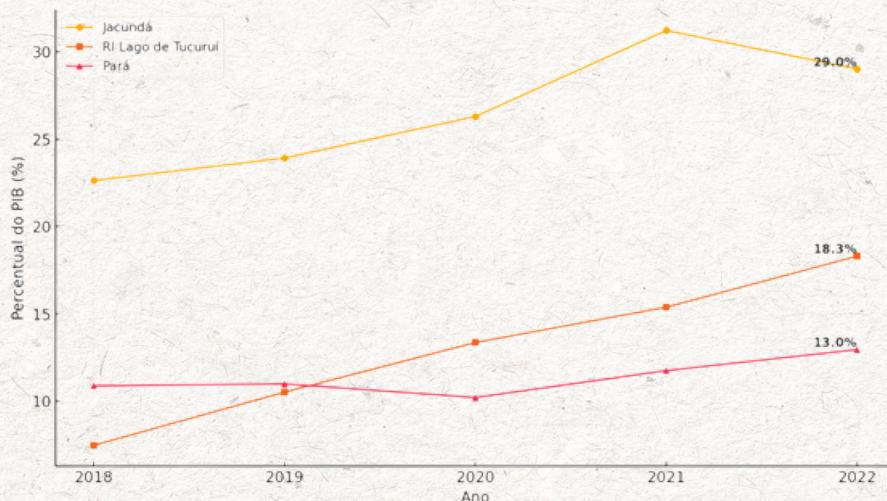
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento do indicador foi de crescimento constante ao longo do período. O percentual saltou de 7,2% em 2018 para 18,3% em 2022, revelando uma intensificação progressiva da presença do poder público na economia regional. Essa trajetória pode refletir o fortalecimento institucional dos municípios da região, aumento de arrecadação ou da execução orçamentária, especialmente em áreas como saúde, educação e infraestrutura. O crescimento linear e estável sugere esforços regionais coordenados de expansão dos investimentos públicos (Gráfico 30).

No estado do Pará, o crescimento foi mais modesto e

com menor variação ao longo do período. Partindo de 10,9% em 2018, o gasto público estadual atingiu 13% do PIB em 2022. Essa elevação gradual pode estar relacionada a um processo de expansão da máquina pública em ritmo mais controlado, compatível com políticas fiscais prudentes ou com a estrutura orçamentária mais consolidada do governo estadual. Embora o Pará apresente o menor percentual entre os três níveis analisados, o crescimento indica que o papel do Estado como agente econômico vem se fortalecendo, ainda que de forma menos acelerada que nos recortes municipal e regional (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Jacundá apresentou crescimento constante na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 1,6 para 5 pontos por 100 habitantes. Esse avanço demonstra um progresso gradual na inclusão digital local, possivelmente impulsionado por maior oferta de serviços por parte das operadoras, redução de preços e políticas públicas de conectividade. Apesar da melhora, o índice ainda é baixo em comparação com padrões urbanos mais desenvolvidos, indicando que o acesso à internet de qualidade permanece limitado para parte significativa da população (Gráfico 31).

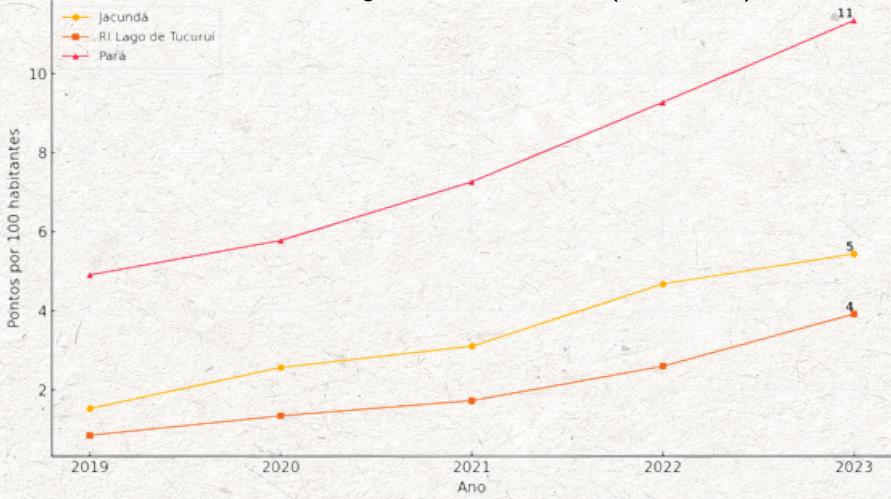
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também evoluiu positivamente, saindo de 0,8 em 2019 para 4 pontos por 100 habitantes em 2023. Embora o ponto de partida tenha sido inferior ao de Jacundá, o crescimento proporcional foi expressivo, o que pode refletir esforços regionais de expansão da infraestrutura digital, especialmente em áreas antes pouco cobertas. Ainda assim, o ritmo de expansão sugere que persistem barreiras estruturais, como geografia desfavorável, baixa densidade populacional ou limitações econômicas da população usuária (Gráfico 31).

No estado do Pará, a evolu-

ção foi mais acelerada e robusta. A taxa de acesso aumentou de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2023, revelando um processo mais consolidado de expansão da banda larga. Isso pode estar relacionado à concentração de investimentos em áreas metropolitanas, à atuação mais expressiva de provedores regionais e à implementação de políticas estaduais de conectividade. A distância entre os valores estaduais e os observados no município e na RI evidencia disparidades de acesso, indicando a necessidade de estratégias específicas para mitigar o abismo digital nas regiões interioranas (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



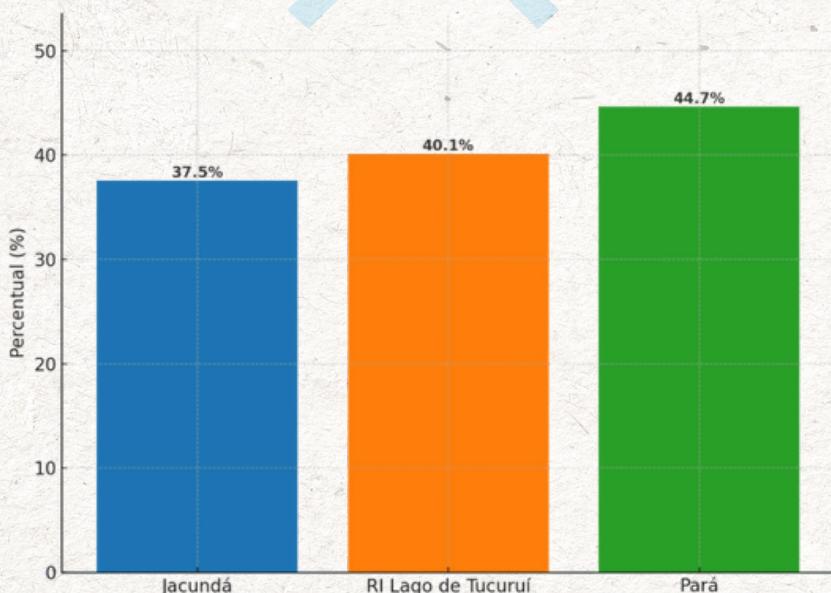
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Jacundá** registrou um IDS de **37,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Jacundá x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

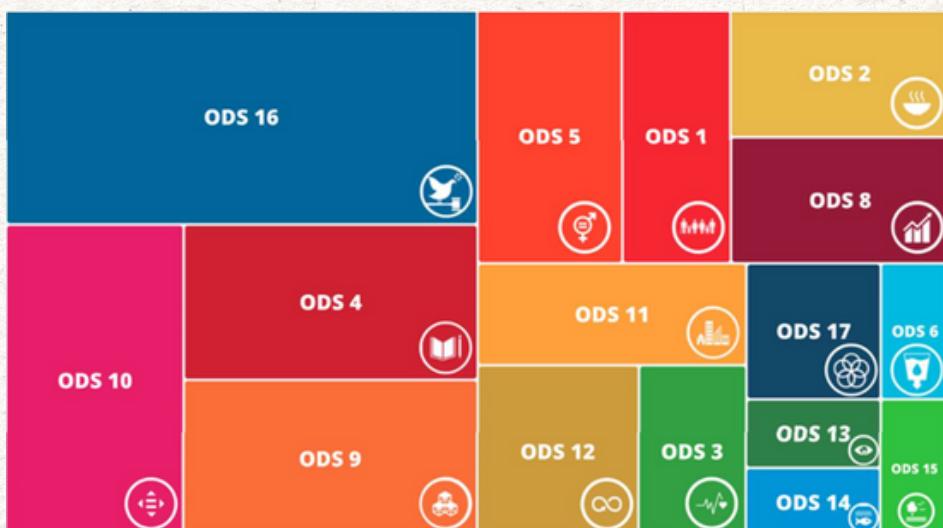
No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

